

A Respeito da Reforma do Ensino Superior

Sebastião Feyo de Azevedo *

Índice	Pág.
Preâmbulo - estrutura e alcance do trabalho.....	1
Antecipando conclusões.....	2
Referência de identidade e qualidade.....	3
Ultrapassar a crise de confiança.....	3
Ventos de mudança no Ensino Superior - sim ou não?.....	5
Direcções de Mudança no Ensino Superior.....	7
Apreciação do Documento <i>CIPES-Alberto Amaral</i>	8

Preâmbulo - estrutura e alcance do trabalho

Este escrito serve o objectivo primeiro de contribuir para a discussão da Reforma do Ensino Superior, lançada pelo Senhor Ministro da Ciência e do Ensino Superior em documento enviado ao Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas a 16 de Janeiro próximo passado e suscitada pelo meu Reitor na sua mensagem de 17 de Janeiro aos docentes e investigadores da Universidade do Porto.

Seja talvez óbvio, mas ainda assim importa começar por comentar que numa perspectiva global bem mais vasta esta reforma desejada se prende e enquadra em duas das grandes problemáticas reformistas com que Portugal se debate hoje: primeiro, a necessária reforma institucional colectiva; depois, ou igualmente, uma não menos necessária reforma comportamental individual.

Nessa perspectiva, não creio então que seja possível fazer uma apreciação útil ou interessante do problema do ensino superior sem a devida referência ao enquadramento e à conjuntura, isto é a questões básicas de desenvolvimento nacional comuns ao conjunto dos grandes sectores, particularmente os públicos, que se reconhecem na organização da nossa Sociedade.

Assim se justifica a estrutura do trabalho.

Começo com uma apreciação prévia sobre referências de identidade e de qualidade para a nossa Sociedade e sobre os problemas de confiança e convicções com que nos debatemos.

Prossigo com uma apreciação dos ventos e direcções de mudança que sinto e desejo para o ensino superior.

Concluo, exprimindo a minha opinião relativamente a questões levantadas e formuladas pelo professor Alberto Amaral no seu documento *Consolidação da Legislação do Ensino Superior - avaliação e revisão da legislação em vigor* (Cipes, 8 de Janeiro de 2003).

Uma nota ainda sobre o alcance e sobre a forma do conteúdo:

* Professor catedrático, Director do Departamento de Engenharia Química da FEUP

Reconhecendo a relevância e importância do sistema não público, e respeitando obviamente os seus direitos e autonomia, é bem claro que a generalidade dos comentários que vão ser produzidos sobre organização, gestão e carreira se dirige ao sistema público.

Para facilidade de apreciação pareceu-me adequado compartimentar a reflexão e os argumentos em grupos de tópicos; ora, obviamente que esses comentários espartilhados só no seu conjunto, com integração das ideias, dão resposta sustentada ao objecto que pretendo atingir.

Antecipando conclusões

Em textos deste teor penso ser adequado começar por explicitar conclusões e convicções, desta forma deixando desde já o mote do pensamento que enforma o conteúdo:

- Portugal é um país Europeu e toda e qualquer apreciação só pode ser feita na perspectiva de referenciais Europeus.
- Os Portugueses vivem nesta fase da sua história uma grave crise de identidade e de credo nas suas capacidades de afirmação relativamente a esses referenciais.
- Para quem conhece a Europa, não há nenhuma razão para não acreditar, ou melhor há indicadores bastantes para acreditar na nossa absoluta capacidade para nos afirmarmos competitivamente como parceiros iguais na União.
- Temos no entanto de ter a coragem e capacidade de reconhecer que é necessário encetar sem demora um processo de reformas duras e decididas na nossa Sociedade, no sentido de uma clara evolução de rigor, organização, disciplina de trabalho, responsabilização e atitude cívica.
- Em particular, temos que ter a coragem e capacidade de reconhecer a necessidade de encetar essas reformas nos grandes sectores de Serviço Público, que vivem tolhidos por comportamentos corporativos inibidores de progresso, adquiridos num passado não distante e de que ainda não se conseguiram libertar.
- Nessa perspectiva, a reforma necessária no sector do Ensino Superior não é mais do que uma das grandes reformas a efectuar, pensando obviamente nos restantes níveis de Ensino e também, muito em particular, nos sectores da Justiça, incluindo Justiça Fiscal, e da Saúde.
- Restringindo-me ao Ensino Superior, sinto estarem criadas hoje, como nunca terão existido nos últimos 30 ou 40 anos, as condições de todo o tipo, incluindo psicológicas, para essa reforma.
- Como pedra de toque na criação dessas condições, temos a pressão positiva do processo de criação de uma *Área Europeia do Ensino Superior* e da promoção do *Sistema Europeu de Ensino Superior*, processo referenciado à *Declaração de Bolonha*, ao qual Portugal não tem (saudavelmente) alternativa que não seja a de responder afirmativamente e em linha com as grandes directrizes europeias.
- São cinco as grandes áreas de intervenção reformista: (i) definição rigorosa de organização institucional e de missão das várias instituições de ensino e de investigação; (ii) adaptação estrutural e curricular em conformidade com as directrizes europeias de *Bolonha*; (iii) reforma do sistema de gestão; (iv) reforma dos pressupostos do sistema de financiamento; e (v) reforma e implementação séria de estatutos de carreira profissional.

- Como sentimento global: é inequivocamente possível fazer melhor, produzir mais, funcionar de forma mais eficiente e justa, sem aumento global de custos públicos; haja capacidade para intervir e que essa intervenção sirva como catalisador da necessária evolução reformista de outros sectores da Sociedade.

Referência de identidade e qualidade

Importa pois começar pelas questões do enquadramento Europeu.

- Toda a apreciação contida neste texto é feita na perspectiva de um Portugal, País e Nação com história, cultura e personalidade próprias e distintas, com indeléveis laços a África, às Américas e à Ásia, mas um Portugal, País Europeu, isto é na perspectiva dos critérios de qualidade e desenvolvimento que são aceites e se aplicam nesta Europa do Séc. XXI, em que vivemos, em que colaboramos e em que competimos.
- Devemos reconhecer que na perspectiva desses padrões temos sem dúvida um caminho de evolução à nossa frente que é difícil, não impossível mas difícil, e exigindo mudança comportamental convicta.
- Em larga medida somos hoje como que um barco no Atlântico, lutando por atracar e colocar pé firme na Europa, mas sentindo as forças das correntes que nos empurram para a América Latina, forças que moldam esses aspectos comportamentais que temos que mudar.
- Não receemos falar do concreto do quotidiano e em particular do sistema público: Temos que melhorar o funcionamento das grandes instituições, da universidade, dos tribunais, dos hospitais, da máquina fiscal... melhorar a atitude e produtividade. É nesta perspectiva integrada de problemas que temos que equacionar os problemas da universidade e do ensino superior.
- Claramente, não se trata de sermos bons, talvez não o sejamos, ou sermos maus, que não somos, trata-se de termos que ser melhores, convictos nas nossas opções de identidade, mais afirmativos nas nossas capacidades.

Ultrapassar a crise de confiança

É factual que se vive uma grave crise de confiança nas capacidades e de (des)confiança nas instituições. Disse-o publicamente, oralmente e por escrito, há dois anos numa conferência no IST:

- Os Portugueses estão a descobrir que o chamado *progresso do betão* que se tem vivido continuamente desde a data da nossa integração na União, sendo sem dúvida importantíssimo, não traz a reboque, como alguns terão pensado que trazia, o progresso comportamental, único progresso duradouro.
Para o progresso comportamental são precisas outras medidas, muitas ainda não tomadas nestes quase 30 anos de regime.
- Identifico historicamente a invernia, sem paralelo em tempos recentes, de 2001, com os desastres naturais associados, nomeadamente com o drama de Castelo de Paiva, como um momento de viragem, qual gota de água, no sentimento nacional, no reconhecimento das nossas dificuldades.

Apesar dos sinais claros de mudança positiva do passado muito recente, devemos reconhecer que acontecimentos e comportamentos vários, com largo impacto no todo da Sociedade, continuam a representar sinais preocupantes relativamente à capacidade das instituições promoverem justiça e progresso.

Vale a pena (não é desviar do tema) produzir uma referência breve a alguns desses comportamentos, mais uma vez do quotidiano, que corroem lenta mas inexoravelmente a confiança, contra os quais temos que reagir:

- Começo com o exemplo que creio ser o mais explosivo em impacto social nos tempos modernos:
O comportamento dos agentes do futebol (de que sou um apaixonado adepto e antigo dirigente amador e praticante) associado ao dos meios de comunicação social, em particular o binómio futebol-televisão, tem vindo ao longo dos anos a fomentar uma atitude nacional de truque para ganhar, de suspeição, de desconfiança e de desrespeito sistemático (e *à priori*...) por tudo o que representa autoridade, sistematicamente contra aqueles que têm que decidir. As consequências estão à vista, sob várias formas, incluindo-se aqui consequências também na universidade que não merece detalhar neste documento.
- Depois, outras fraquezas sistémicas: (i) de resolução de problemas rodoviários, desde a taxa elevadíssima de acidentes fatais ao comportamento impune de desrespeito cívico diário nas cidades; (ii) de combate à evasão e à injustiça fiscal, ainda largamente impune, o que continua a ser um obstáculo material e moral tremendo ao nosso desenvolvimento.
- Finalmente, é claro, o caso actual da pedofilia, que está a merecer o devido repúdio total da Sociedade, e que para lá das gravíssimas questões directas coloca interrogações muito preocupantes sobre o laxismo institucional ao longo dos anos no tratamento de sinais e indícios claros dos crimes.

Devemos reconhecer que, felizmente, vivemos um momento positivo de reacção institucional, devendo no entanto acrescentar que tal não será de estranhar.

De facto, como sempre ao longo da história, situações difíceis geram simultaneamente esperança, na medida em que criam condições para medidas de acção e mudança, medidas de combate ao laxismo, à permissividade e à impunidade, problemas cíclicos das Sociedades democráticas contemporâneas, que não só, mas também de Portugal.

Condições que devem ser aproveitadas...

Não há melhor exemplo contemporâneo dessa verdade do que o da transição britânica, que pude testemunhar na minha vida britânica entre 1977 e 1982, de James Callaghan para Margaret Thatcher, decidida democraticamente em 4 de Maio de 1979. Britânicos que estavam pelas 'ruas da amargura' em 1977 e que retomaram a liderança competitiva em vários relevantes sectores da vida europeia.

Ventos de mudança no Ensino Superior - sim ou não?

Passo agora em definitivo para o universo mais limitado da Universidade e do Ensino Superior.

Naturalmente que a Universidade e o Ensino Superior não estiveram estáticos nos últimos 30 anos. Longe disso.

A questão está em ajuizar se essa evolução real foi ou tem sido aquela que deveríamos ter tido e que podemos e temos que ter para responder ao novo papel histórico que temos na Europa.

A pergunta é se demos efectivamente o salto qualitativo definitivo para nos adaptarmos aos tempos modernos e às novas exigências da ordem internacional.

Evolução

É justo e importa começar por apreciar o que em termos relativos ao estado inicial de 1974, ponto de referência do regime, se evoluiu.

- Houve inequivocamente uma explosão em qualidade e quantidade, de meios humanos, de perspectiva de investigação e de desenvolvimento, de qualidade de infra-estruturas.
- Reconheça-se progresso e acção pioneira, no plano nacional, no sentido de implementação de políticas fundamentais de qualidade, de avaliação e acreditação, tanto a nível de estruturas de ensino como, e em particular, de investigação.
- Em infra-estruturas, na Universidade, tal como nas vias de comunicação, temos investido e evoluído de forma marcante.
- Em concepção, em produção e em aproximação aos padrões europeus, também temos algum rumo certo.

Reformas recentes

Ora, é pedagógico neste ponto examinar o enquadramento em que tal evolução se processou.

Quantas reformas com expressão fortemente sentida pela generalidade dos agentes do ensino superior houve desde a década de setenta do século passado, que tenham sido programadas sem condicionalismos políticos próprios de regimes transitórios, isto é, ditadas e pensadas deterministicamente e não ditadas pelo caos conjuntural?

- Realmente só houve uma - a *reforma Veiga Simão* de 1972. O que levanta algumas questões de qualidade sobre essa evolução.
- As outras três reformas de estrutura, de gestão e de carreira reconhecidas foram:
 - A solução de emergência que introduziu o décimo-segundo ano no Secundário, para ultrapassar o problema da acumulação na porta de saída do Secundário em 1974.
 - A *reforma de gestão de Mário Sottomayor Cardia*, com a introdução da figura da Assembleia de Representantes que hoje ainda perdura, forma (muito inteligente, diga-se) de resolver o problema das Assembleias Gerais de Escola serem à data de 1974-1975 os órgãos máximos de gestão das Escolas.
 - A reforma da exclusividade, regime negativo na medida da não avaliação de produtividade e da consagração de uma prática do chamado 'tempo integral', que não é mais do que actividade em tempo parcial, reforma que foi somente uma forma política da época para conseguir algum aumento de ordenados dos universitários em momento de grave degradação da carreira.

- Não estou a esquecer as Leis da Autonomia e outras da década de oitenta. Não foram reformas com o alcance das que comentei acima, que há longos anos duram (para o bem e para o mal).

Pressão para mudança

Além da pressão social global já comentada, temos hoje a pressão específica positiva do processo de criação de uma *Área Europeia do Ensino Superior* e da promoção do *Sistema Europeu de Ensino Superior*, processo referenciado à *Declaração de Bolonha*.

- Escrevi já (Congresso da Ordem dos Engenheiros, Coimbra, Junho 2002) um trabalho em que defendo *Bolonha como uma oportunidade imperdível para um salto reformador da nossa Universidade*, não só nos cursos, como também na definição da rede e da missão, na gestão e nas carreiras.
- De facto, ‘neste entretanto’ muitos dos nossos parceiros da UE, e também vários dos futuros parceiros, já avançaram para o sistema de dois ciclos.
- E como bom exemplo na engenharia, em que tanta clarificação é necessária entre nós, é particularmente notável a corajosa mudança radical preconizada pela Instituição dos Engenheiros Irlandeses (Dezembro de 2002) que defende o alinhamento com a generalidade dos países continentais (o termo ‘radical’ é textualmente utilizado pelos autores do documento produzido).

Pois, Portugal não está na linha da frente da acção evolutiva neste tema, *mas* reconheça-se:

- É verdade que o processo nos tem levado a muitos estudos.
- É verdade que ao longo de 2001 e particularmente em 2002, se multiplicaram as declarações e análises públicas de personalidades distintas, muitas por razão do efeito *Bolonha*, diria que não coincidentes em direcções preconizadas, mas todas apontando para *a necessidade de mudar estruturas, legislação, mentalidade*.
- Temos agora o livro de Veiga Simão, Machado dos Santos e Almeida Costa *Ensino Superior: uma visão para a próxima década* (Gradiva, 2003).
- Enfim, muita é a informação disponível e os caminhos possíveis estão bem identificados.

Ventos de mudança e dúvidas históricas

Há ventos de mudança. Permanecem as dúvidas históricas sobre *como pôr efectivamente o processo em marcha* e sobre a *efectiva concretização*, dúvidas em relação às quais deixo as seguintes questões para reflexão:

- O que é que neste, como noutros campos, nos faltará para gerar força motriz que nos mova, que vença inércias e interesses, que proporcione o *delta* de progresso de que precisamos?
- Será que *a Universidade tem capacidade para ser a força motriz?*
- Ou será, como corajosamente reconheceram Sedas Nunes e Miller Guerra (assim rezam escritos históricos relativos aos anos 60), dois nomes maiores da Universidade Portuguesa, que *a Universidade não é capaz de se auto-reformar?*
- E nesse caso, será que divergências políticas e de interesses políticos nos vão *condenar ao imobilismo?*

- Ou será que, *30 anos depois*, vamos conseguir ter uma reforma *determinística* da Universidade e do Ensino Superior?

Direcções de Mudança no Ensino Superior

Eis algumas questões e direcções de desenvolvimento que no meu entendimento devem ser resolvidas e/ou consagradas:

- Continuamos sem uma definição clara da rede do ensino superior, isto é daquilo que Governo e Sociedade entendem ser a missão de cada uma das instituições dessa rede.
- Em termos de estruturas de formação e de cursos, é necessário concretizar a reflexão já efectuada sobre *Bolonha*: definir estrutura, duração e características de cursos.
- Entronca a questão anterior com a da missão das Instituições. Em particular, nas engenharias é necessário ultrapassar definitivamente o problema latente Universidade-Politécnicos. O que, reconheça-se, é um problema que exige muita força e coragem políticas porque não vejo um acordo fácil entre os Actores.
- Para lá dos Bacharelatos e Mestrados, o País precisa de cursos médios, tecnológicos, de formação de quadros intermédios virada para a aplicação. Os Politécnicos devem assegurar este tipo de cursos.
- Definidas as áreas de intervenção e a missão, é necessário agilizar as Escolas para formação diversa da actual, criando cursos modulares dentro do conceito de *Educação para a Vida*, sejam tecnológicos, sejam de especialização pós-graduada.
- No plano pedagógico, a nível dos cursos ordinários, é necessário ultrapassar limitações, umas reais impostas pela legislação, outras de índole cultural, que conduzem a imobilismo na adaptação curricular e de métodos de ensino-aprendizagem à evolução dos tempos.
- Ainda no plano pedagógico e entroncando com questões de carreira, é necessário que definitivamente a questão da qualidade pedagógica dos docentes seja considerada ao mesmo nível de relevância que o da qualidade científica. É necessário dar condições de formação e simultaneamente exigir e valorizar qualidade pedagógica.
- É necessário definir de forma clara a relação institucional, hierárquica e funcional, entre as Unidades e Instituições de Investigação e as Unidades Orgânicas das Universidades. Esta questão traduz-se simbolicamente na seguinte pergunta:
 - o Será razoável que um Director de uma Faculdade não possa reportar, por falta de informação, sobre a actividade de investigação dos seus membros do Corpo Docente e Investigador?
- Com o desenvolvimento, particularmente com o aumento significativo dos meios humanos envolvidos, do investimento e de custos de funcionamento, é crescente a inadequação e ineficiência do sistema de gestão administrativo-financeira das instituições públicas do ensino superior:
 - o É necessário evoluir para um sistema rigoroso, baseado em ‘autonomizar-confiar-exigir-avaliar-fiscalizar-compensar-penalizar’, sistema que substitua o actual sistema burocrático, pouco fiscalizador, não compensador, não penalizador.
 - o É necessário definir um mecanismo de eleição/nomeação dos dirigentes ao nível mais elevado por um órgão que reflecta a importância das instituições na e para a

Sociedade e que gere uma crescente responsabilização hierárquica dos agentes gestores.

- o É necessário rever a forma e dimensão da participação dos alunos na gestão, diminuindo claramente essa participação, erradamente interpretada por alguns como sendo ‘democrática’.
- Continuamos, à semelhança da gestão, com um estatuto de carreira que de facto não define o que deve definir, não exige o que deve exigir, não promove o que deve promover, não impede o que deve impedir e não compensa o que deve compensar.
- Por força conjugada das circunstâncias anteriores, em larga medida a Sociedade vê a profissão universitária como uma profissão em tempo parcial, tal como aliás bastantes em *falso tempo integral* a praticam.
- O financiamento é questão material que se relaciona horizontalmente com as questões da missão das instituições (geração de receitas próprias) e com a organização pedagógica e científica:
 - o É necessário avançar para fórmulas que assumam, de forma conhecida e transparente, *pressupostos de diferença*, de incentivo e verificação de qualidade institucional de objectivos e produtos de actividade e também de fomento de actividades estratégicas.
 - o Uma questão final importantíssima - é absolutamente necessário diminuir a percentagem dos orçamentos das Escola destinada a salários, objectivo claramente viável sem perda de qualidade e sem aumento de custos, com uma política de convergência para um menor número de docentes permanentes:
 - através de uma reformulação das ligações contratuais no estatuto de carreira, consagrando um aumento relativo de docentes convidados.
 - incentivando reformas pedagógicas que consagrem paradigmas modernos de ensino/aprendizagem e autorizando contratações de tarefas (com agentes de qualidade obviamente) para assumir funções ditas tutoriais.
 - Garantindo que o aumento de receitas próprias e a gestão parcimoniosa não são castigados com diminuição do Orçamento do Estado.

Apreciação do documento CIPES-Alberto Amaral

Finalmente, então, uma apreciação sistemática das questões formuladas pelo Professor Alberto Amaral no seu importante documento - *Cipes, 8 de Janeiro de 2003*.

Dois comentários prévios:

Por forma a facilitar a leitura transcrevo as perguntas, mantendo a numeração do documento original.

Sobre as respostas: serão necessariamente curtas, reflectindo a minha avaliação sobre o aspecto mais relevante de cada questão; é bem claro que em muitas das questões as soluções e caminhos a seguir não são únicos...

1. A estrutura do sistema de ensino superior

- 1.1. Deve manter-se a actual estrutura com um sub-sistema de universidades e um sub-sistema de instituições politécnicas?

Deve manter-se a estrutura com dois sub-sistemas.

1.2. A Lei 26/2000 (agora revogada) introduzia uma grande rigidez na separação entre os dois sub-sistemas; face aos problemas apontados às diversas soluções acima referidas será de optar por um sistema mais flexível?

Deve optar-se por um sistema minimamente flexível, mas com clara definição de competências; deixe-se abertura para protocolos funcionais.

1.3. Mesmo sem integração formal (como são os casos de Aveiro e do Algarve) serão de encorajar associações de tipo regional, entre uma universidade e as instituições politécnicas na sua área de influência?

Não de encorajar, mas permitir. Poderá haver soluções de complementaridade interessantes.

1.4. Os novos ciclos curtos tecnológicos poderão ser leccionados por qualquer instituição de ensino superior? Ou apenas pelas instituições politécnicas?

Não, cursos tecnológicos de pré-graduação devem ser competências das instituições politécnicas.

1.5. Que mecanismos de mobilidade devem existir entre os dois sub-sistemas e em relação aos cursos tecnológicos?

Claramente, deve haver mobilidade de alunos, mas provavelmente não numa equivalência directa.

2. Graus e diplomas

2.1. Que graus devem ser mantidos no futuro?

Bacharel, Mestre (eventualmente este com possíveis diferenças, ex: Mestre em Engenharia; ou Mestre em Ciência de Engenharia), Doutor e Agregado (para carreira do ensino superior).

2.2. Que instituições podem atribuir os diversos graus?

Bacharelatos e mestrados pode ser atribuído por Institutos e Universidades. Há a questão de se criar uma variante do grau mestrado 'científico' que deveria ser só concedido pelas Universidades. Um problema este com contornos políticos.

Doutoramentos e Agregação, graus a serem atribuídos por Universidades.

2.3. Qual deve ser a estrutura da oferta de formações - nomeadamente quanto ao número de anos de estudo - face ao processo de Bolonha?

Este é um sério problema, relacionado com o ponto anterior. Relativamente às actuais licenciaturas de 5 anos: a Universidade portuguesa inclina-se para o sistema 4+1; a generalidade dos países europeus tem estruturas 3+2 (o caso em discussão na Irlanda é muito interessante pelo que representa de mudança radical); pelo menos num caso de um país com grande qualidade (Dinamarca) há cursos de 3,5 + 1,5 anos. O problema está em:

- Solução 4+1 tornaria mais viável que os Politécnicos ficassem pelo bacharelato.
- Solução 3+2 torna definitivamente mais complicado o problema do ponto de vista político, incluindo aqui a oposição, que se desenha, das próprias Universidades.

2.4. Se é admissível que cursos com a mesma natureza tenham durações diferentes?

Dentro da mesma grande área de conhecimento (Ex. Engenharia ou Medicina ou matemáticas...), num País tão pequeno geograficamente, sem regiões marcadamente diferentes, não se entende. MAS, cuidado que o mesmo também se deveria aplicar relativamente à grande região Europeia!

3. O governo das instituições de ensino superior

3.1. O Reitor ou Presidente da instituição

3.1.1. Quem pode assumir o cargo? Pessoas exteriores à instituição? Quais?

Professores Universitários, com formação adequado, com curriculum científico-pedagógico e com comprovada capacidade de gestão. Posição aberta a Professores exteriores à Instituição, prática que será (ou seria) altamente benéfica para a abertura das Instituições a médio prazo.

3.1.2. Deve manter-se o presente sistema de eleição?

Não. De forma alguma.

3.1.3. Deve haver uma eleição de carácter universal?

Não, não faz sentido dado o conteúdo funcional do lugar.

3.1.4. Deve proceder-se a uma escolha por um 'search party'? Com que composição? Qual a intervenção dos órgão de governo na escolha?

Não percebo bem o que é o 'search party'. Como traduz o autor? Aceito que há várias possibilidades. Uma boa solução parece-me ser um Conselho Geral ou equivalente, constituído por Directores de Escolas, por representante do Ministro, por representante dos alunos, por representante dos funcionários não docentes, por representantes das forças vivas da região.

3.1.5. Quais os poderes a atribuir ao Reitor/Presidente?

Muito significativos. Com clara capacidade de intervenção, como por exemplo a nível de incentivo e fiscalização das Unidades Orgânicas no cumprimento das linhas estratégicas, como garante das relações hierárquicas entre instituições (nomeadamente Faculdades-Institutos de I&D) e como garante da execução de uma política de gestão humana justa.

3.2. Intervenção da sociedade

3.2.1. Qual a forma de participação do exterior no governo das Instituições de Ensino Superior?

A nível de um Conselho Geral como comentado acima.

3.2.2. Será de propor a criação de 'boards of trustees'? Com que poderes?

Não há de facto tradição. Mais uma vez, gostaria da expressão em Português.

3.2.3. Será de adoptar um sistema bi-camaral (como é típico das instituições anglo-saxónicas) com o Senado para as questões meramente académicas e um Conselho, com representação externa, para as questões financeiras e de orientação estratégica?

Essa possibilidade é muito interessante e joga com o Conselho Geral. Obviamente que não penso no Conselho Geral com funções científicas.

3.2.4. No caso anterior a representação externa deve ser ou não maioritária?

Num Orgão científico não me parece razoável, ou, pragmaticamente, viável. Num Orgão tipo Conselho Geral, poderá não ser maioritária, mas o legislador deve permitir que a opinião e voto da representação extrema sejam obrigatoriamente ouvidos e mesmo seguidos em algumas matérias.

3.3. Gestão das Escolas/Faculdades/Departamentos

3.3.1. Deverá criar-se um sistema uninominal de gestão, com um Director ?

Deve haver um Director.

3.3.2. Devera ser eleito? Ou ser nomeado pelo Reitor, depois de ouvida a Escola?

Deve ser nomeado e claramente responsabilizado. Poderá ser nomeado sob proposta de um órgão interno da Unidade Orgânica. A legislação deve classificar decisões conforme comentado no ponto seguinte, mas o Director deve ter papel determinante.

3.3.3. Deve manter-se algum órgão de decisão colectiva? Quais?

Mais uma vez, as questões científicas têm que ser tratadas por um órgão colectivo científico. Também, aspectos vários da gestão administrativa deverão estar a cargo de uma decisão colectiva de órgão mais restrito, Conselho Executivo, em que podem ter assento um representante dos alunos e um representante dos funcionários não docentes. Também, as questões pedagógicas devem merecer apreciação e parecer de um órgão colectivo pedagógico com forte participação de alunos.

3.4. Intervenção dos corpos institucionais

Qual deve ser o peso relativo dos diferentes corpos (docentes, alunos e funcionários)?

Orgão científico: doutorados; Orgão executivo: maioritariamente docentes;

Orgão pedagógico: número equivalente de alunos e professores, mais o Director.

4. O acesso

4.1. Será de eliminar o *numerus clausus* na generalidade dos cursos, mantendo-se apenas em relação a determinadas áreas como Medicina, Medicina Dentária ou Arquitectura?

O *numerus clausus* existe por razões várias. Não vejo viabilidade de decisões por planeamento nacional. Cada Escola (e curso) deverá propôr, tendo que justificar variabilidades significativas relativamente à situação actual.

4.2. Como proteger as instituições do interior do país das consequências da medida anterior?

Incentivando por várias formas, incluindo materialmente com contratos individuais sem complexos, bons professores a fixarem-se no interior e criando assim cursos de qualidade.

4.3. São adequados os actuais requisitos para o acesso ao ensino superior?

É razoavel que se exijam determinadas disciplinas específicas por área.

Deve tomar-se todo o tipo de medidas para se acabar com a imoralidade reinante: os escândalos das classificações inflacionadas em tantas escolas, os exames especiais cujo espírito é completa e maciçamente defraudado, etc..

A questão de incluir entrevistas feitas pela Escola (Pública) no processo de decisão é muito delicada: seria interessante em termos de *princípios*; poder-se-ia por exemplo apreciar vocação e motivação para distinguir entre candidatos com 188 e 189 de classificação; mas as condições culturais prevaletentes desaconselham fortemente a inclusão deste factor subjectivo.

Como mais justo:

- (i) restringir com o maior rigor e apreciar à lupa as situações especiais que muitas vezes não têm expressão em número, mas têm expressão na moralização (não tenhamos medo de usar esta palavra) do sistema;
- (ii) Dar peso fundamental a exames nacionais.

4.4. O acesso aos cursos tecnológicos curtos (nível 4) será a alternativa adequada para os alunos impossibilitados de concorrer directamente ao ensino superior?

Claramente é uma alternativa.

4.5. Os cursos de carácter mais profissionalizante ministrados nas instituições de ensino superior devem assegurar igualmente a possibilidade de conceder esse nível 4?

O sistema deve ter sempre vasos comunicantes, mesmo incluindo, sempre que necessário um ano ou semestre ou trimestre de transição/adaptação.

5. Autonomia e regulação

5.1. O presente nível de autonomia científica é adequado?

Penso que sim. Há um grave problema científico-administrativo a resolver - o da relação hierárquica entre Institutos (com personalidade jurídica) e as Unidades Orgânicas a que estão ligados os docentes.

Em escala menos complexa, temos a mesma relação entre Unidades de I&D e as Unidades internas (leia-se Departamentos) das Unidades Orgânicas que funcionam como instituições de acolhimento.

5.2. O presente nível de autonomia pedagógica é adequado?

A resposta depende do universo do conceito 'autonomia pedagógica'.

Estritamente na questão de novos cursos ou alterar cursos, não me parece o problema principal.

Face ao panorama caótico actual, defendo a necessidade de uma rigorosa apreciação da criação de novos cursos. Mas, embora com fiscalização forte, deveria ser possível maior flexibilidade de funcionamento pedagógico.

A nível de contratação de docentes/tarefas, o assunto pode ser discutido neste ou no ponto seguinte.

Aqui, reside um dos mais graves problemas da universidade que entronca na autonomia administrativa, na financeira e no estatuto de carreira.

Claramente que a Escola e a Gestão deveriam ter poderes e obrigações muito mais relevantes para gerir o pessoal humano na perspectiva do funcionamento pedagógico.

5.3. O presente nível de autonomia administrativa é adequado?

De forma alguma. Escolas com dimensões extraordinariamente diferentes têm as mesmas regras administrativas. A gestão administrativa de uma escola como a FEUP é

extremamente gravosa, em por exemplo questões relevantes como contratação de pessoal e em gestão de obras.

5.4. O presente nível de autonomia financeira é adequado?

Não há autonomia financeira! Mais uma vez, com uma fiscalização rigorosa e com uma clara responsabilização da gestão, certamente que as Escolas, nomeadamente as de grande dimensão, deveriam poder gerir de forma mais independente o património que lhes está afecto.

5.5. Que património deve ser afecto às instituições e com que regime jurídico? Foi satisfatória a aplicação do Decreto-Lei n.º 252/97, de 26 de Setembro, às universidades públicas? Deverá ser generalizado às outras instituições?

Somente dou um exemplo: no início da década de 90, o programa Ciência atribuiu ao Instituto de Sistemas e Robótica-Porto (ISR-P) uma verba para construir na Asprela, junto da novo Campus da FEUP; face aos atrasos da construção da FEUP e para não perder verbas, a FEUP (que é responsável por essas verbas) adquiriu com as verbas do Programa destinadas à construção um edifício na Praça do Coronel Pacheco, aonde os Investigadores do ISR-P trabalharam durante todo o período até à mudança para a Asprela; pretende agora a FEUP construir o edifício do ISR-P na Asprela, para o que há terreno e projecto; não pode vender o edifício de Coronel Pacheco, ou melhor pode mas o Estado fica com 50%.

A legislação não é satisfatória. É difícil funcionar assim.

5.6. Que modelo e que formas de regulação adoptar para o futuro? Será possível utilizar apenas a capacidade de auto-regulação das instituições e a regulação pelo mercado?

As universidades dificilmente se auto-reformam e se auto-regulam. Tem que haver alguma intervenção central.

5.7. Será que o CRUP, o CCISP e a APESP podem desempenhar o papel de organismos de regulação?

Inequivocamente sim.

5.8. Será de apostar num outro organismo? Organismo representativo de interesses estabelecidos (CRUP, CCISP, APESP,...) ou representativo, também, dos interesses da sociedade? Ou das ordens profissionais? Qual o grau de independência em relação ao governo?

Não outros organismos. Esta resposta, em linha com comentários anteriores, presume que no caso das universidades os reitores foram eleitos com intervenção externa e prestam contas à Sociedade.

As Ordens profissionais poderão eventualmente fazer parte de órgãos da Universidade, mas têm principalmente funções relevantes de apreciação de qualidade de formação.

5.9. Não haverá o risco de criar um organismo que, a médio prazo, se possa revelar como extremamente conservador ou, pelo contrário, como um organismo com uma visão do imediato, do curto prazo e não com uma estratégia mais duradoura?

Não sugiro nenhum organismo novo.

6. As fontes do financiamento

- 6.1. Deve aumentar a contribuição das famílias e dos alunos para os custos do ensino superior?
- 6.2. Em caso afirmativo, deverão ser dadas contrapartidas em termos de bolsas de estudos ou de benefícios fiscais?
- 6.3. Devem substituir-se as bolsas por empréstimos ou devem coexistir as duas modalidades?
- 6.4. Os empréstimos devem ser pagos com um adicional no IRS ou nas prestações para a Segurança Social?

Esta questões são apreciadas em conjunto:

Problema obviamente delicado. Não são as propinas públicas que são pesadas. É o custo de sustento mensal de um jovem adulto, mais custos de livros, consumíveis, etc..

O assunto é claramente mais complexo no caso das instituições privadas em que as propinas são significativas.

O problema é de estrutura global de custos. Tem que se encarar conjuntamente propinas, acção social escolar e mecanismos de financiamento. Pode haver bolsas e empréstimos.

Certo é que muitas famílias fazem muito sacrifício para os filhos estudarem.

Correcto é claramente penalizar improdutividade, penalizando reprovações.

7. A distribuição do financiamento

- 7.1. Deve fazer-se a distribuição do financiamento pelas instituições com base numa fórmula de financiamento?

Não propriamente uma fórmula exacta, mas um contrato que se baseie num conjunto de critérios conhecidos que dêem lugar à diferença inter-escolas e intra-escola.

- 7.2. Em caso afirmativo, o financiamento deve ser feito por funções? Que parâmetros devem ser incluídos na fórmula? Deve premiar-se o nível de desempenho? Deve ligar-se o financiamento aos resultados da avaliação da qualidade? Deve premiar-se a boa gestão, mesmo que expressa na constituição de saldos? Deve premiar-se a geração de financiamentos alternativos, por exemplo em termos de 'matching funds'?

Há várias alternativas. É preciso que garantam qualidade e estabilidade e que tenham por base exigências de comprovada boa utilização e gestão de recursos humanos e materiais.

Penso possível contratos com critérios bem conhecidos e públicos.

Parâmetros de apreciação: sem ser exautivo, número de alunos, número e tipo de cursos, rácios alunos/pessoal, receptividade da sociedade aos produtos da escola, avaliação do desempenho dos agentes de I&D., etc.

Importante é consagrar definitivamente o conceito de financiamento diferenciado e a clara ligação da gama e tipo de parâmetros, sem sofismas, a avaliação de qualidade.

Obviamente que boa gestão pode dar origem a saldos e deve ser premiada, incluindo-se premiar a geração de financiamentos alternativos.

- 7.3. Deve contratualizar-se o financiamento? Ou devem usar-se os contratos para definir o desenvolvimento a prazo das instituições e os respectivos

investimentos, calculando, depois, o financiamento corrente por uma fórmula, ano a ano, em função da evolução quantitativa (e qualitativa?) da instituição?

Discutido acima.

8. A investigação

8.1. Qual a ligação desejável entre as instituições de ensino superior e investigação científica?

Muito forte. Tem a ver com estatuto de carreira que deve consagrar dois tipos de docentes: (i) dedicação plena, com obrigatoriedade de produção científica de qualidade; e (ii) convidados, com contratos que poderiam ir até quinquenais, com claros direitos de intervenção nas linhas estratégicas da escola e menos obrigações de cobertura de áreas de actividade.

8.2. De que modo pode incentivar-se a colaboração entre entidades públicas, privadas e cooperativas no sentido de fomentar o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura, tendo particularmente em vista os interesses da comunidade?

Com mecanismos claros de incentivo fiscal às empresas em investimentos de I&D e com menor carga fiscal aos actores da universidade (na taxação interna que as escolas praticam). É bem claro que sempre dentro de rigorosa exigência de produção científica, que não é incompatível.

8.3. Que medidas devem ser tomadas para incentivar o ensino pós-graduado de qualidade?

É um problema sério.

Alguns actuais mestrados estão com níveis de qualidade muito baixos por razões várias, entre elas o relaxar de exigência na selecção de alunos, para viabilizar os cursos... afinal e curiosamente atitude semelhante à de várias Escolas, que tanto e justamente criticamos, no facilitar da entrada de alunos para as suas licenciaturas!

É necessário estabelecer programas de doutoramento que envolvam componente escolar, principalmente agora que se avizinha uma reforma do sistema, em linha com a declaração de Bolonha.

8.4. Que medidas devem ser tomadas para incentivar o estabelecimento de parcerias interinstitucionais?

Essa parcerias resultam da dinâmica da aplicação de outras medidas e não tanto de medidas directas..

8.5. Que grau de flexibilização deve ser introduzido nas contratações de pessoal vinculado a contratos de investigação?

Devem ser autorizados contratos temporários relacionados com projectos.

8.6. Que contrapartidas devem ser asseguradas pelo Estado em relação a projectos de investigação financiados pela comunidade?

A necessária para viabilizar os projectos. Nomeadamente há problemas conhecidos com o IVA na aquisição de equipamentos e as instituições de acolhimento têm grande dificuldade em assegurar as percentagens de contrapartidas normalmente exigidas.

8.7. Que estratégia deve ser formulada pelo Estado para incrementar a participação de instituições nacionais no novo programa quadro de investigação da comunidade?

Apoiar custos-risco de preparação de projecto e de consórcio. Apoiar custos da componente de participação nacional.

8.8. QUESTÃO NÃO INCLUÍDA no texto de Alberto Amaral: financiamento da investigação no enquadramento com a Instituição de Acolhimento:

Para lá da necessidade de clarificação de relação hierárquica, já comentada acima, deve haver uma clara contabilidade analítica com imputação de custos totais de funcionamento das Unidades de I&D, o que significa que as Instituições de Acolhimento devem cobrar, obviamente que de forma ponderada e justa, esses custos às Unidades de I&D

9. Avaliação e acreditação

9.1. Quais as propostas para aumentar a transparência e a legibilidade do sistema de avaliação?

Melhorar qualidade da estrutura de *processos de avaliação*. O exemplo mais flagrante dessa necessidade é a da estrutura dos relatórios de avaliação trienal das Unidades de I&D que precisa de melhoria urgente.

Valorizar medidas das escolas sobre qualidade pedagógica, nomeadamente dar meios de formação pedagógica e incluir mecanismo de apreciação de qualidade pedagógica dos docentes bem antes das provas de agregação.

Melhorar e valorizar para efeitos de carreira a informação de inquéritos pedagógicos.

Insistir na qualidade científica e na exigência de dedicação de docentes

Insistir na qualidade de laboratórios.

Apreciar qualidade de licenciados que saem, trabalhos científicos, etc..

9.2. Qual deve ser o conceito de pós-graduação?

Conceito alinhado com a Europa. Idealmente o do programa de doutoramento.

9.3. Deverá ser criado um mecanismo de avaliação para os mestrados?

Inequivocamente. Em particular na monitorização da observação de regras de recrutamento de alunos, no sentido de garantir qualidade.

9.4. Deverá ser criado um mecanismo de avaliação para os doutoramentos?

Deve ser criada a figura formal e forte de um Director de Programa, com uma Comissão de Acompanhamento que aprecie a actividade dos doutorandos periodicamente.

10. Capítulo importante em falta - estatuto de carreira

Falta este capítulo no trabalho de Alberto Amaral. Dirijo-me ao estatuto da carreira universitária. O estatuto de carreira de docentes do politécnico tem especificidades que não se enquadram nos comentários necessariamente breves que aqui deixo.

Seguramente que o binómio Gestão/ECDU representa o principal ponto de intervenção para a melhoria da actividade universitária.

Multiplicam-se os sinais de problemas latentes, que se expressam de forma particularmente preocupante na forma como decorrem e como são contestados os concursos para progressão na carreira.

O número de casos em que os processos não decorrem da melhor maneira é preocupante e terá talvez relação com o aumento do fenómeno da contestação dos concursos, aumento que em nada prestigia a Universidade.

Muito haveria a comentar, mas, em traços gerais, é necessário um estatuto que:

- Defina claramente a missão e áreas de intervenção dos professores universitários.
- Substitua o regime permanente de dedicação exclusiva, injusto e que não fomenta produtividade, e o regime permanente de tempo integral, cuja letra da lei pouco tem a ver com a prática, por dois tipos de vínculo que explicitamente reconheçam diferenciação e exijam cumprimento de funções, com comprometimento pleno ou prioritário à instituição (detalhes estão fora do alcance do texto).
- Mantenha o regime de docente convidado, tipo de contratação cujo aumento relativo deve ser claramente incentivado, como forma de ligar a universidade aos sectores produtivos.
- Estabeleça de forma clara a estrutura de níveis profissionais, os respectivos direitos e deveres, aspectos funcionais e enquadramento hierárquico.
- Consagre culturalmente o fim da visão da Sociedade de ‘profissão liberal’ e consagre culturalmente o conceito de ‘prestação de contas’, dando indicação clara do tipo de envolvimento esperado ou aceite nas possíveis vertentes de actividade.
- Re-defina conceitos de progressão profissional, os quais, diga-se, têm que ser vistos em ligação com o sistema de gestão que se entenda consagrar. Como exemplo: com o actual sistema decisório e de gestão, é impensável acabar com a restrição dos lugares de quadro; com outra forma de gestão seria possível e interessante não haver essa limitação.
- Estabeleça regras processuais que fomentem celeridade e transparência nas decisões de júris de escolha de candidatos, este um problema já comentado acima como particularmente grave nos dias de hoje.
- Distinga claramente exigências para provas de agregação (que devem ser de índole científica e pedagógica) de exigências para promoção para o topo da carreira (que devem incluir projectos de futuro e capacidades de liderança a vários níveis).
- Permita autonomia balizada das instituições, no estabelecimento de estruturas remuneratórias criativas que premeiem qualidade e produtividade, científica, pedagógica e de gestão, através de abonos e prémios, isto é sem criação de custos e encargos para a vida.